

# Lucena descarta investigação

O presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB/PB), garantiu ontem não pretender instalar uma Comissão de Investigação — sugestão do líder do PC do B, Haroldo Lima — para apurar as denúncias do **JBr** sobre prática de empreguismo no Poder Legislativo. “Isto é coisa do passado; reagiu Lucena, acrescentando que, promulgada a nova Constituição, fisiologismo será afastado do serviço público, com a obrigatoriedade da prestação do concurso público para ingresso na carreira e o combate aos “marajás” através da limitação de vencimentos dos funcionários.

O senador reconheceu o excessivo número de funcionários no Senado mas fez questão de frisar que a nova Carta somente ficaria pronta em quatro anos, na hipótese da inexistência do trabalho de assessoria informática prestado pelo Prodasen e pela Gráfica do Senado Federal. “A Casa conta com os mesmos servidores de duas legisla-

turas passadas, e por lei interna, ficou instituído o concurso público para ingresso na carreira”, disse o presidente do Congresso, ao afastar “boatos” sobre a partida de um novo “trem da alegria”.

“É fácil criticar um poder desarmado”, comentou Lucena. Segundo o parlamentar, o maior contingente de “marajás” e funcionários “fantasmas” está lotado nas empresas estatais e, neste sentido, observa que o Governo Federal tem dispensado energias em combater e corrigir as distorções e acúmulos de cargos e salários.

Mas o líder do PC do B, Haroldo Lima, garantiu que pretende levar adiante sua proposta de instalar uma Comissão de Investigação para apurar as denúncias de empreguismo e existência de “marajás”, publicadas pelo **JBr**. “Se existe uma denúncia, é necessário apontar a verdade e esclarecer a opinião pública, já que a credibilidade ao Legislativo anda em baixa”, salientou.